COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO

ANEXO 1

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

PATO BRANCO, MAIO DE 2008

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTES

APRESENTAÇÃO

Ao aprender arte na escola, o jovem poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, que poderá assim, compreender melhor sua inserção e participação na sociedade.

“O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.” (MEC/SEF, 1998: 20)

Durante muito tempo a arte foi tratada, na escola, como forma de aprimorar técnicas e habilidades motoras. A regra básica era chegar o mais próximo possível de um modelo pré-estabelecido. Este tipo de arte excluía a maioria dos alunos que eram considerados sem talento.

Com a LDB, sancionada em 1996, a arte passa a ser considerada obrigatória, nos diversos níveis de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

A arte, no currículo escolar, tem um papel fundamental na formação dos sentidos humanos e da emoção estética.

Para a compreensão desta tarefa é preciso, em primeiro lugar, compreender o real significado da atividade artística no processo de humanização do homem. É nesse processo que as pessoas constroem uma leitura sobre a realidade e os sentidos humanos, ampliando sua maneira de ver, ouvir e sentir.

Em segundo lugar é preciso compreender que esse processo se dá através do trabalho, e que este é o meio através do qual o homem se transforma e transforma a natureza. Para tanto, a arte tornou-se uma forma de trabalho criador.

A arte, neste sentido, não se reduz a ornamento, a documento de um período ou lugar ou ainda a desenvolvimento da criatividade. Mais que isso, sua tarefa é ser um instrumento para a formação dos sentidos humanos e de apreensão do saber estético.

Educar esteticamente pressupõe uma metodologia que possibilite ao aluno ver, ouvir, criticar e interpretar a realidade, a fim de ampliar suas possibilidades de fruição e expressão artística.

[...] educar esteticamente é ensinar a ver, tomando como ponto de partida o estudo dos diferentes modos de compor com os elementos formais, não esquecendo que este conteúdo foi construído ao longo do tempo e sistematizado na forma de História da Arte.(SEED, 1998, p. 9)

Para apreender o mundo numa perspectiva estética, é preciso dominar um determinado conteúdo que nos permita ver as relações, a estrutura e a dinâmica da realidade. Somente o ouvido musical ou o olho capaz de captar a beleza podem extrair de um objeto artístico toda a sua riqueza humana. As qualidades dos objetos somente serão percebidas enquanto qualidades estéticas, como expressão de um determinado conteúdo humano, quando captadas sem uma significação utilitária direta. Assim, o aperfeiçoamento da capacidade de percepção nos permite superar uma visão sentimental ou moral da produção artística.

É importante que os alunos compreendam o sentido do fazer artístico, ou seja, entendam que suas experiências de desenhar, cantar, dançar, filmar, videografar ou dramatizar não são atividades que visam a distraí-los da “seriedade” das outras áreas. Sabe-se que, ao fazer e conhecer arte, o aluno percorre trajetórias de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo. Além disso, desenvolvem potencialidades (como percepção, observação, imaginação e sensibilidade) que podem contribuir para a consciência do seu lugar no mundo e para compreensão de conteúdos das outras áreas do currículo.

Cada tipo de conteúdo da área pode ser ensinado nos três eixos da experiência de aprendizagem significativa do estudante de arte, quais sejam: a

experiência do fazer, a experiência do apreciar e a experiência do contextualizar.

Produzir refere-se ao fazer artístico (como expressão, construção, representação) e ao conjunto de informações a ele relacionadas, no âmbito do fazer do aluno e do desenvolvimento de seu percurso de criação. O ato de produzir realiza-se por meio da experimentação e uso das linguagens artísticas.

Apreciar refere-se ao âmbito da recepção, incluindo percepção, decodificação, interpretação, fruição de arte e do universo a ela relacionado. A ação de apreciar abrange a produção artística do aluno e a de seus colegas, a produção histórico-social em sua diversidade, a identificação de qualidades estéticas e significados artísticos no cotidiano, nas mídias, na indústria cultural, nas práticas populares, no meio ambiente.

Contextualizar é situar o conhecimento do próprio trabalho artístico, dos colegas e da arte como produto social e histórico, o que desvela a existência de múltiplas culturas e subjetividades.

Assim a contextualização está relacionada à pesquisa e refere-se ao domínio reflexivo pessoal e compartilhado no qual o aluno dialoga com a informação e percebe que não aprende individualmente e sim em contextos de interação. Dessa maneira, a ação de contextualizar favorece saber pensar sobre arte, em vez de operacionalizar um saber cumulativo na área. (MEC/SEF, 1998, p. 50)

Entende-se que o papel da escola é estabelecer vínculos entre os conhecimentos escolares sobre a arte e os modos de produção e aplicação desses conhecimentos na sociedade. Por isso, um ensino e aprendizagem de arte que se processe criadoramente poderá contribuir para que conhecer seja também maravilhar-se, divertir-se, brincar com o desconhecido, arriscar hipóteses ousadas, trabalhar muito, esforçar-se e alegrar-se com descobertas, pois o aluno desfruta na sua própria vida as aprendizagens que realiza. Desta forma espera-se alcançar os seguintes objetivos:

-Instrumentalizar o aluno com um conjunto de saberes em Arte que o permitam utilizar o conhecimento estético na compreensão das diversas manifestações culturais.

- Experimentar e explorar as possibilidades de cada linguagem artística.

- Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Arte.

- Identificar, relacionar e compreender diferentes funções da arte, do trabalho e da produção dos artistas.

- Apreciar e adotar atitudes de respeito diante da variedade de manifestações artísticas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

a) Artes visuais: linhas, cores, formas, texturas, volume, luz, sombra, espaço, proporção, simetria, assimetria, procedimentos e produção artística.

b) Música: altura, timbre, intensidade, ritmo, entorno sonoro, instrumentos musicais e produções musicais.

c) Teatro: personagens, espaço cênico, texto, cenário, formas de produções teatrais.

d) Dança: movimento, desenho no espaço, ritmo e composição.

e) Projetos especiais:

- Arte na escola: produção, seleção e exposição de trabalhos artísticos dos alunos.

- Cultura afro: máscaras, esculturas, ornamentos e pintura corporal.

- Festa junina: ornamentação.

- Gincana:

- Educação fiscal: ética e meio ambiente.

METODOLOGIA

De 5ª a 8ª série, o ensino da Arte toma dimensão de aprofundamento na exploração das linguagens artísticas, no reconhecimento de conceitos e elementos comuns presentes nas diversas manifestações culturais. Nesse

sentido, deve ser considerado para cada linguagem artística um conjunto de elementos que, ao serem apropriados pelos alunos, possibilitam a compreensão e o estabelecimento de inter-relações com os signos presentes nas diferentes produções artísticas.

Essa articulação poderá se efetivar na medida em que o planejamento do professor eleja a partir da linguagem de sua formação, os principais elementos a serem tratados nas aulas de Educação Artística. No entanto, é imprescindível que se estabeleçam relações com os elementos específicos das demais linguagens. Ao propor o estudo de uma manifestação artística de dança folclórica, por exemplo, o professor ampliará as possibilidades de análise desta, a partir do pressuposto de que esta se constitui numa produção cultural, isto é, produto de uma cultura, de um determinado contexto histórico. Expressa, portanto, elementos que identificam determinada sociedade quanto à apropriação de movimentos do fazer cotidiano e de sua estilização, como elemento de socialização e de preservação de um referencial identitário. Pode-se analisar ainda a música, instrumentos utilizados, ritmo, a composição da vestimenta e alegorias, dentre outros.

O ensino de Educação Artística exige uma prática investigativa de professores e alunos diante dos processos de produção artística nas diferentes linguagens. Por outro lado, o nível de aprofundamento dos conteúdos se dará a partir das demandas que surgirem no processo de ensino e aprendizagem.

Devemos lembrar ainda que as aulas de Educação Artística não tem o propósito de formar músicos, artistas plásticos, atores ou bailarinos, muito menos destacar os alunos talentosos em detrimento dos demais. O seu objetivo é favorecer a apropriação do conhecimento estético pelos alunos, a partir dos quais tenham autonomia para ampliá-los no contínuo e complexo processo de estar no mundo.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve dar ao professor o suporte para controlar a qualidade do processo de ensino aprendizagem, rever a prática pedagógica que

possibilite ao aluno dirigir-se para a apropriação do conhecimento. Nesse sentido, a avaliação assume um caráter dinâmico, contínuo e cooperativo, que acompanha toda a prática pedagógica e requer a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Os conteúdos são os pontos de referência e os subsídios de onde serão extraídos os critérios objetivos para a avaliação.

O conhecimento é o mediador da relação aluno-produção artística e a avaliação como parte deste processo, deve possibilitar ao professor perceber em que medida houve a apropriação do conteúdo proposto. (Currículo Básico para a escola pública do Paraná - 1990)

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Atualmente, considera-se que o ensino de ciências proporciona condições para que o estudante seja capaz de identificar problemas, elaborar hipóteses para explicá-los, planejar e executar ações para investigá-los, analisar e interpretar os dados, propor e criticar as soluções, construindo dessa forma, o seu próprio conhecimento.

O ensino de ciências, constitui dessa maneira, um meio importante de preparar o estudante para enfrentar os desafios que surgem de uma sociedade preocupada em integrar, cada vez mais, as descobertas científicas ao bem estar dos indivíduos.

Os princípios gerais para o ensino fundamental de ciências são:

- Instigar a curiosidade, a criatividade e a observação dos alunos;
- Considerar o desenvolvimento cognitivo e a diversidade cultural dos educandos;
- Respeitar os saberes prévios dos alunos, como sua produção intelectual e também como ponto de partida para o desenvolvimento de outros conhecimentos;
- Contribuir com a formação de cidadão ativos e críticos, capazes de posicionar-se frente as situações de seu tempo;
- Desenvolver a responsabilidade, a solidariedade, a autonomia e o respeito ao bem comum;
- Possibilitar situações de aprendizagem nas quais os conteúdos sejam abordados numa perspectiva de totalidade;
- Incentivar uma postura crítica e participativa face às novas tecnologias.

A produção do conhecimento científico está relacionada com os diversos momentos históricos do seu surgimento e as influencias sofridas.

O ensino de ciências deve ser abordado amplamente com vistas na totalidade dos conteúdos levando o educando a ter subsídios para posicionar-se frente às produções científicas de seu tempo e contexto social, exercendo

sua cidadania com responsabilidade e compromisso com o bem estar individual e coletivo.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conhecimentos físicos, químicos e biológicos são contemplados na disciplina com vistas à compreensão das diferenças e inter-relações entre essas ciências.

De forma geral os conteúdos estruturantes são:

- Corpo humano e saúde;
- Ambiente;
- Matéria e energia; e
- Tecnologia.

Ao se desdobrar em conteúdos específicos, é necessário que o conteúdo estruturante em questão estabeleça relações com os outros conteúdos estruturante:

5ª SÉRIE

a) Corpo Humano e Saúde:

- Água e saúde, ar e saúde e solo e saúde;
- Higiene e saúde.

b) Ambiente

- A Terra e a vida;
- Ecossistemas;
- Rocha e solo;
- A água na natureza;
- Forma e estrutura da Terra;
- O ar, camadas atmosféricas;
- Propriedades do ar;
- Poluição do ar, água e solo.

c) Matéria e energia

- Sistema solar e Universo;
- Forma e estrutura da Terra (vulcões, terremotos);
- Formação da rocha e solo;
- Ciclos da natureza;

- Poluição água, ar e solo;
- O ar e a combustão;
- Composição da água, ar e solo;
- Mudanças de estados físicos da água.

d) Tecnologia

- Astronomia e a conquista do espaço;
- Utilização do solo e erosão;
- Poluição e tratamento da água;
- Poluição do ar;
- Instrumentos e medidas físicas e químicas.

6ª SÉRIE

a) Corpo Humano e Saúde

- Classificação dos seres vivos;
- Doenças causadas por fungos, vírus, bactérias e protozoários;
- Os seres vivos (animais e vegetais) na alimentação humana.

b) Ambiente

- Seres vivos e o ecossistema;
- Os reinos: Monera, Protista, Fungi, Animal e Vegetal.

c) Matéria e Energia

- Fotossíntese;
- Cadeia alimentar e teia alimentar;
- Fisiologia animal e vegetal.

d) Tecnologia

- Vacinas;
- Plantas medicinais;
- Medicamentos;
- Trangênicas;
- Inseminação artificial.

7ª SÉRIE

a) Corpo Humano e Saúde

- A espécie humana;
- Morfologia e fisiologia;

- Saúde;
- Alimentação.

b) Ambiente

- História da evolução;
- Relação homem x ambiente;
- Doenças causadas pelo meio ambiente;
- Poluição (reciclagem);
- Poluições (sonora e visual);
- Produção e classificação de alimentos.

c) Matéria e Energia

- Fisiologia da célula;
- Fisiologia dos sistemas do corpo;
- Poluição sonora;
- Poluição do meio ambiente.

d) Tecnologia

- Avanços na medicina (exames, medicamentos, etc);
- Industrias alimentícias.

8ª SÉRIE

a) Corpo Humano e Saúde

- A química no cotidiano: nos alimentos, adubos e inseticidas, em casa, na medicina, na constituição e funcionamento do corpo e nas substâncias que ingerimos;
- A física no cotidiano: no movimento, trabalho e energia.

b) Ambiente

- A química e o meio ambiente;
- A física no meio ambiente.

c) Matéria e Energia

- Propriedades físicas e químicas;
- Trabalho;
- Energia.

d) Tecnologia

- Avanços tecnológicos dentro da física e química.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dos conteúdos propostos o professor deve fazer uso das mais diversas metodologias disponíveis para a sala de aula ou até mesmo fora dela. O professor deve permitir e estimular a interação entre os alunos, que sejam participativos de todo o processo da construção do conhecimento científico.

É importante que os alunos, por meio das atividades práticas, compreendam e reflitam as noções e conceitos pertinentes aos fenômenos em estudo.

Os conteúdos estruturantes propostos implicam em uma articulação com os conhecimentos de outras ciências para explicar os inúmeros fenômenos naturais que ocorrem no planeta. Assim torna-se imprescindível que o professor reconheça que existem conhecimentos físicos, químicos e biológicos básicos no processo pedagógico, que precisam ser abordados em cada uma das séries do Ensino Fundamental. Se não houver integração a proposta se descaracteriza e perde o sentido, não possibilitando uma abordagem além de tradicional dos conteúdos.

As aulas não podem ser rotineiras e repetitivas. Devemos propor atividades intrigantes que estimulem a ação e o raciocínio. O papel do professor deve ser de guiar e de motivar:

- Trabalhos individuais e de grupo;
- Oferecer modelos e estabelecer conexões;
- Propor atividades abertas;
- Orientar a análise e interpretação de filmes;
- Organizar a exploração e uso de sites da Internet;
- Ministrando com clareza aulas expositivas;
- Fazer uso sistemático do livro;
- Utilizar recursos disponíveis como revistas, jornais e periódicos.

Nós como Professores em alguns momentos devemos agir como fornecedores de informações e em outros como mediadores ficando atento para poder intervir de modo mais adequado nas diferentes situações.

AVALIAÇÃO

Deve ser parte integrante do processo ensino-aprendizagem e mostrar não somente o desempenho do aluno, mas também a atuação do professor.

No tocante a avaliação do aluno, é imprescindível que seja continua, com o acompanhamento de suas atividades no dia a dia.

A avaliação deve apresentar um caráter formativo e fornecer ao aluno informações que possibilitem o seu progresso pessoal e lhe permita uma análise de sua autonomia.

Para nós professores, a avaliação deve ser munida de instrumentos que permitam verificar como nós estamos atingindo o aluno e como nos comunicamos com ele.

Alguns instrumentos de avaliação se fazem indispensáveis para a verificação da evolução e aproveitamento do aluno e do grupo:

- Observação direta do professor;
- Argüições durante as aulas;
- Observação do desempenho e rendimento do aluno durante as atividades propostas;
- Exercícios propostos;
- Trabalhos individuais e em grupo;
- Apresentações para socialização dos trabalhos;
- Provas individuais;
- Provas em grupos com uso de material de apoio.

No processo educativo o professor faz uma auto avaliação para orientar sua prática pedagógica, em intervenções coerentes com os objetivos propostos para o ensino da disciplina.

Nas diretrizes curriculares a avaliação ocorre ao longo do ano letivo, não está centralizada em uma única atividade com método avaliativo e considera os alunos sujeitos históricos do processo pedagógico.

REFERENCIAS

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação, Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. Curitiba, SEED, 2006.

VALLE, Cecília. Coleção Ciências. Editora Positivo, Curitiba, 2004.

BARROS, Carlos. Ciências de 5ª a 8ª série, 62 edição, Editora Ática, São Paulo, 1999.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO

A construção do conhecimento na disciplina de Educação Física dar-se-á a partir da interação do educando com o mundo, respeitando o universo do mesmo, explorando as diversas possibilidades educativas de atividades lúdicas espontâneas, valorizando suas experiências e sua cultura. Essas manifestações baseiam-se no diálogo entre indivíduos que possuem diferentes culturas, num contexto onde o objetivo maior das práticas corporais em geral, deve ser a humanização das relações sociais, fazendo-se necessário compreender os diferentes saberes, valores, sentimentos que interferem no nosso corpo, tanto no individual como no social.

O corpo deve ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões, destacando não somente seus determinantes biológicos, como também sociais, culturais, econômicos e políticos, entendendo que esses aspectos influenciam-se mutuamente e colaboram para a constituição daquilo que construímos como sendo nossa identidade corporal, observando ou transmitindo além da cultura universal, aquilo que é peculiar em cada região ou comunidade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Desenvolvimento Corporal e construção da Saúde: permite entender a saúde como uma construção que requer uma dimensão histórico – social.

Potencial de Expressividade do Corpo: manifestações corporais a partir de diferentes possibilidades de expressão como a dança, a ginástica, as lutas.

Relação do Corpo com o Mundo do Trabalho: exposição do corpo no mundo do trabalho.

Corpo que brinca: conexões entre o imaginário e o real, refletindo sobre os papéis e posicionamento assumidos nas relações estabelecidas em grupo.

Os jogos devem ser abordados considerando a realidade regional e cultural do aluno, por meio das expressões e manifestações características desses elementos.

- Reconhecer a importância da Educação Física no dia-a-dia e da descoberta sobre o mais importante patrimônio de que dispomos: nosso próprio corpo.
- Desenvolver as capacidades motoras, cognitivas e afetivas por meio da prática da cultura corporal do movimento.
- Desenvolver as capacidades motoras, cognitivas e afetivas por meio da corporalidade, cooperando com a transformação e formação de cidadãos críticos, conscientes e autônomos, ativos e participativos de seu tempo, espaço e sociedade.

Os conteúdos a serem trabalhados serão os mesmos para todas as séries, com abordagem diferenciada conforme as necessidades, expectativas, possibilidades e intencionalidade de cada série e da comunidade escolar. O tratamento dado na 7ª e 8ª série terá maior amplitude, complexidade e aprofundamento.

“Manifestações Esportivas”

- Origem dos diferentes esportes e sua mudança na história
- esporte como fenômeno de massa
- Princípios básicos dos esportes, táticas e regras.
- Possibilidades dos esportes como atividade corporal
- Elementos básicos dos esportes: arremessos, deslocamentos, passes e fintas
- Práticas esportivas: Esportes com e sem materiais e equipamentos

Manifestações Ginásticas

Origem da ginástica e sua mudança no tempo

Diferentes tipos de ginástica

Princípios básicos de diferentes ginásticas

Práticas ginásticas

Cultura da rua, cultura do circo, acrobacias.

“Jogos, Brincadeiras e Brinquedos”

- A construção coletiva de jogos e brincadeiras
- Diferentes manifestações e tipos de jogos
- Jogos e brincadeiras com e sem material
- Diferenças entre jogo e esporte

Manifestações Estéticas e Corporais na Dança

A dança como possibilidades de manifestação corporal

Danças tradicionais

Expressão corporal com e sem materiais

Mímica, imitação e representação.

Inserção da História e Cultura Afro-Brasileira nos Conteúdos de Educação Física

- Danças e suas manifestações corporais na cultura afro-brasileira
- Brinquedos e brincadeiras da cultura africana
- Jogos praticados no Brasil pelos afro-descendentes e africanos numa perspectiva histórica
- A capoeira, seus significados e sentidos no contexto histórico-social, como elemento da cultura corporal

METODOLOGIA

O corpo em movimento deverá propiciar ao educando uma tomada de consciência, e a partir daí, contribuir para o desenvolvimento de suas possibilidades de aprendizagem, alargando seu conhecimento de mundo no processo educacional.

Implica num processo que acentue a intenção prática do aluno para aprender a realidade e o conhecimento específico da Educação Física em seus diversos aspectos, onde:

Os jogos serão trabalhados de forma recreativa, fazendo com que os alunos adquiram o gosto e os valores da vivência em grupo, resgatando brincadeiras e jogos que desenvolvam o senso lógico e a concentração.

As manifestações esportivas serão trabalhadas de maneira a levar o aluno ao senso crítico através da elaboração e aplicação de novas regras, adaptadas ao grupo no qual está inserido. De ser pensado para a coletividade, atingindo as necessidades de toda a turma, sejam elas de divertimento, de prazer, de recreação.

As manifestações ginásticas, e a dança serão abordadas de forma dinâmica, entendendo sua origem e percebendo as mesmas como possibilidade de manifestação corporal.

corpo como construção histórico-social e o conhecimento sobre o corpo, serão trabalhados partindo do conhecimento que o educando tem de si mesmo e do outro, ampliando suas possibilidades de expressão através das atividades apresentadas ou sugeridas.

RECURSOS: Para seu enriquecimento serão usados os seguintes recursos: jogos completos de xadrez, trilha, damas e dominós, tabuleiro mural de xadrez, textos, materiais alternativos para confecção de brinquedos, material esportivo, apostilas, sala de aula, quadra de esportes, rádio, Cds, dvds, fita de vídeo. Retroprojetor, mesas de tênis de mesa, corda, tecnologias de informação e comunicação, laboratório de informática, internet.

AValiação

A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo sendo que a mesma deverá ser consciente e clara, entendendo-a num contexto amplo, diagnosticando progressos do educando, com possibilidades de auxiliá-los na superação de suas dificuldades, ser um processo contínuo, permanente e cumulativo através de:

Auto – avaliação: Refere-se à pesquisa feita em grupo ou individual com relatos e depoimentos de estudantes onde se auto avaliam em sua participação, aproveitamento de conteúdos, mudança de hábitos e atitudes para o exercício da cidadania;

Observação contínua do professor: O aluno será acompanhado diariamente nas aulas, onde será observado seu desempenho, conhecimento e interação e comportamento perante as diferentes situações que abrangem a construção de seu conhecimento;

Desempenho nos trabalhos em grupo: Será analisado a partir da interação individual no grupo, e em seu posicionamento perante exposições;

Provas e testes: Amostra de seu conhecimento adquirido durante aulas práticas e teóricas. Serão marcados com antecedência com conteúdos predeterminados e explorados conforme experiências vividas dentro e fora da sala de aula;

Participação nas aulas: tanto a frequência quanto a participação serão itens relevantes no processo de aprendizagem do aluno, portanto, fatores importantes no contexto da avaliação:

Apresentação de pesquisas e trabalhos: Poderão ser em grupos ou individuais, com datas e conteúdos marcados com antecedência, conforme conteúdos solicitados.

Número de avaliações por bimestre: 03 (mínimo)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 2 Ed. Campinas, 1991

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1998

Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares de Educação Física para o Ensino Fundamental. Versão preliminar: julho, 2006

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO

Em 20 de dezembro de 1973, através de uma assembléia constituída por representantes de diferentes confissões religiosas, tais como católicos, luterana, metodista, presbiteriana e evangélica reformada, construíram a Assintec – Associação Internacional de Educação de Curitiba com a finalidade de implantar e implementar a Educação Religiosa nas escolas Públicas do Estado do Paraná.

Com o tempo e diante das perspectivas da Nova Constituição Federal, a Assintec juntamente com a Irapamat (MS) e Cier (SC), destacam-se nacionalmente por terem encaminhado a primeira proposta popular de emenda no Congresso Nacional.

Como conseqüência das lutas empreendidas em favor do Ensino Religioso, resulta o texto aprovado pela Constituição Federal, capítulo III, seção I artigo 210, parágrafo 1º: O Ensino Religioso de Matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais, das escolas públicas do Ensino Fundamental.

Hoje, no mundo secularizado em que vivemos, muitas vezes o ser humano não está engajado numa religião, mas ninguém consegue apagar dele, nem ele próprio, a chama da transcendência. É inerente ao ser humano que o desejo se manifeste diferencialmente em cada pessoa.

Se a escola tem o dever de promover uma educação total, isto é, da pessoa em todas as dimensões, o aspecto da religiosidade não pode ser esquecido. Ele ajudará o educando a encontrar o sentido da vida e a compromissar-se com a sociedade, visando melhorá-la, sem alienar-se.

É necessário trabalhar na busca do resgate de valores, pois quando valores tradicionais entram em colapso, a escola e a educação não podem ignorar o peso dessa dimensão, desse universo simbólico “que proclama que

toda a realidade é portadora de um sentido humano e invoca o cosmos inteiro, para significar a validade da existência humana” (Berger e Luckmann).

É também essencial que seja considerado a visão de pessoa humana, capaz de se relacionar com o mundo, com respeito e criar condições que melhorem a convivência entre as pessoas.

Neste sentido, propõe-se uma Educação Religiosa de forma crítica, que se alia às políticas de socialização do saber, do resgate de conteúdos, do papel essencial da escola e da competência profissional do educador, e antes de tudo, uma visão contextualizada e com uma postura interdisciplinar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, artigo 2º; artigo 22º e artigo 32º colocam o Ensino Religioso como disciplina, com um novo olhar, uma nova perspectiva configurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, artigo 33 e nova redação na Lei n.º 9475/97, superando o proselitismo no espaço escolar.

- Ensino Religioso deve focar o conhecimento religioso, o respeito as diferentes manifestações do sagrado.
- Considerar a diversidade religiosa no Estado, a necessidade do diálogo/estudo na escola sobre as diferentes leituras do sagrado na sociedade.
- Ensino Religioso tem por base a diversidade expressa nas diferentes expressões religiosas.
- Aquilo que para as **igrejas é objeto de fé, para a escola é objeto de estudo.**
- Ensino Religioso perdeu sua **função catequética**, pois com a manifestação do pluralismo religioso na sociedade brasileira, o modelo, o modelo curricular centrado na doutrinação passou a ser muito questionado.
- Também foi superado a idéia de trabalhar com **valores humanos** e princípios éticos, avançado para o Ensino Religioso enquanto conhecimento religioso.
- Assim, uma das problematizações proposta é a abordagem do **conhecimento religioso.**

Tendo como objeto de estudo o **sagrado**. Pensar esse objeto pressupõe percorrer os conteúdos estruturantes e conteúdos específicos da disciplina.

- Com base na diversidade religiosa, o Ensino Religioso define como objeto de estudo o sagrado como foco do Fenômeno Religioso define como objeto de estudo sagrado como foco do Fenômeno Religioso, por contemplar algo que está presente em todas as tradições religiosas, favorecendo, assim, uma abordagem ampla dos conteúdos específicos da disciplina.
- Sagrado perpassará todo o currículo de Ensino Religioso, de modo a permitir uma análise mais completa de sua presença nas diferentes manifestações religiosas.

Não é direcionado a nenhuma religião, mas sim, em procurar compreender o ser humano, sua experiência e história, de modo que , compreendendo a si mesmo venha compreender o próximo e a sociedade.

OBJETIVOS

No processo de constituição do Ensino Religioso como disciplina escolar, deve atender os seguintes objetivos:

- Analisar e compreender o sagrado como cerne da experiência religiosa do cotidiano que o contextualiza no universo cultural.
- Desvelar os conhecimentos dos valores morais e tradicionais na busca de uma harmonia entre a escola e a educação.
- Proporcionar uma Educação Religiosa, de forma crítica e consolidada com as políticas de socialização do saber, do resgate dos conteúdos e principalmente do papel da escola com postura contextualizada e interdisciplinar.
- Propiciar através do Ensino Religioso, o respeito as diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade e as individualidades culturais e religiosas, livres de qualquer preconceito com as vivências diferentes do Sagrado.

- Reconhecer-se como habitante privilegiado da Terra;
- Conscientizar-se de que o conhecimentos nos permite compreender e modificar a realidade.
- Entender que vivemos mergulhados no mundo de valores e que é preciso escolhê-los e classificá-los;
- Reconhecer na vida diária é preciso sempre colocar no lugar do outro.
- Diferenciar o Ter do Ser;
- Reconhecer a importância das diferentes religiões e das diferentes igrejas cristãs;
- Conhecer alguns símbolos religiosos;

Refletir sobre o sentido da vida;

Educar para a paz, com base no respeito e reverencia no transcendente presente em si e no outro.

Superar e desfazer toda a forma de preconceitos;

Oportunizar aos alunos reflexões e análises sobre comportamentos, levando-os a verificar os bons resultados de suas atitudes;

Proporcionar espaço para a interiorização, sensibilização e reflexão critica da realidade social, política, econômica, cultural e religiosa;

Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;

Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações sócio-culturais;

Facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;

Refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;

Possibilitar esclarecimento sobre a diferença na construção de estruturas religiosas que tem na liberdade o seu valor inalienável;

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Entende-se por conteúdos estruturantes, os saberes, os conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou praticas que identificam e organizam os campos de estudos a serem contemplados no Ensino Religioso. A saber, os conteúdos estruturantes são: Paisagem religiosa, texto sagrado e símbolo.

- **SÍMBOLOS**

São linguagens que expressam sentidos, possuem a função de comunicar e exercem um papel relevante para a vida imaginativa e para a constituição de todas as religiões do mundo. O símbolo, também pode ser definido como algo que veicula uma concepção, podendo ser uma palavra, um som, um gesto, um ritual, um sonho, uma obra de arte, uma notação matemática, etc.

- **TEXTOS SAGRADOS**

Eles abrangem as comunicações expressas nas pinturas dos corpos, paredes, quadros, vitrais, ícones, nas combinações de sons, ritmos, nas harmonias das músicas, nas danças, nas disposições dos objetos de culto e rito. Enfim, abarcam diferentes formas de linguagens, além daquelas escritas ou transmitidas pela forma oral.

- **PAISAGEM RELIGIOSA**

Entende-se por paisagem religiosa o lugar ou os espaços geográficos que remetem a as experiências do sagrado. O homem consagra certos espaços porque necessita viver e conviver, ele precisa locomover-se num mundo sagrado, que passam a assumir significados diversos, transformando-se num lugar especialmente simbólico, que resulta das crenças existentes entre as diversas tradições religiosas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

1. Lugares Sagrados

lugares da natureza: rios, lagos, montanhas, grutas, cachoeiras, etc.

lugares construídos: templos, cidades sagradas, etc.

textos sagrados orais e escritos

2. Organizações religiosas
os fundadores e/ ou líderes religiosos;
as estruturas hierárquicas.

Entre os exemplos de organizações religiosas mundiais e regionais, estão: o budismo (Sidarta Gautama), o cristianismo (Cristo), confucionismo (Confúcio), o espiritismo (Allan Kardec), o taoísmo (Lao Tse) etc.

3. Universo Simbólico religiosos
dos ritos;
dos mitos ;
do cotidiano.

4. Festas religiosas
peregrinações
festas familiares
festas nos templos
datas comemorativas

5. Vida e morte
o sentido da vida nas tradições e manifestações religiosas;
a reencarnação
a ressurreição – ação de voltar à vida
além da morte: ancestralidade, vida dos antepassados, espíritos dos antepassados que se tornam presentes, e outras.

METODOLOGIA

A forma de apresentação dos conteúdos específicos explicita a intenção a partir de abordagens de manifestações religiosas ou expressões do sagrado desconhecidas ou pouco conhecida dos alunos, para posteriormente inserir os conteúdos que tratam de manifestações religiosas mais comuns que fazem parte do universo cultural da comunidade.

Deste modo, pretende-se evitar a redução dos conteúdos da disciplina às manifestações religiosas hegemônicas que historicamente tem ocupado um grande espaço nas aulas de Ensino Religioso e pouco tem acrescentado no processo de formação dos educandos, ou seja, no alargamento de compreensão e do seu conhecimento a respeito da diversidade religiosa e dos múltiplos significados do sagrado.

Isso não significa que as tradições e manifestações religiosas mais conhecidas e/ou majoritárias, não serão tratadas no currículo de Ensino Religioso. Elas serão objetos de estudo ao final de cada conteúdo tratado, de modo que, os conhecimentos aprendidos de outras manifestações religiosas constitui-se em novas referências para se analisar e aprofundar os conhecimentos à respeito das manifestações já conhecidas ou praticadas pelos alunos e/ou na comunidade.

Para tanto, utilizar diversos métodos ajudará nas aulas, tornando-as menos cansativas e mais proveitosas. Desta forma utilizaremos:

- Leitura e reflexão de variados textos, frases, histórias, fábulas, filmes, desenhos, etc.
- Circulo de debates;
- Confecção de livrinhos (etapas do ser humano, valores);
- Debates;
- Produções textuais (poemas, cartazes, redações, frases, etc) visando uma visão sistemática dos temas.
- Dramatizações; Dinâmicas; Análises textuais; Palestras; Entrevistas; Relato de Experiências; Observações; Exposições; Projetos – Atitudes Comportamentais; Valores.
- Buscar a participação coletiva, definindo com a turma, quais serão as regras fixas e possíveis de negociação em uma situação impar.
- Trabalhar sempre procurando desenvolver o individual, como parte do coletivo, apropriando-se das dinâmicas de grupo.

AVALIAÇÃO

O Ensino Religioso não tem a mesma orientação que a maioria das disciplinas no que se refere a atribuição de notas e conceitos, ou seja, não se constitui como objeto de reprovação, bem como não terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar, isso se justifica pelo caráter facultativo da matrícula na disciplina.

Cabe ao professor a implementação de práticas avaliativas que permitam acompanhar o processo de apropriação de conhecimento pelo aluno, tendo como parâmetro os conteúdos estudados e os seus objetivos.

Por exemplo, observar em que medida o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que tem opções religiosas diferentes da sua.

Diante da sistematização das informações provenientes dessas avaliações, o professor terá elementos para planejar as necessárias intervenções no processo de apropriação dos conteúdos.

É importante lembrar que a disciplina de Ensino Religioso está em um processo recente de implementação nas escolas e que, o ato de avaliar é um dos fatores que poderá contribuir para a sua legitimação como um dos componentes curriculares.

Com esta prática, os alunos, especificamente, terão a oportunidade de retomar os conteúdos como também poderão perceber que a apropriação dos conhecimentos desta disciplina lhe possibilita conhecer e compreender melhor a diversidade cultural da qual a religiosidade é parte integrante, bem como, possibilitará a articulação desta disciplina com os demais componentes curriculares, os quais também abordam aspectos relativos à cultura.

BIBLIOGRAFIA:

DCE – Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná; SEED.Curitiba, 2006.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

As transformações históricas relacionadas aos modos de produção, após a Segunda Guerra Mundial, trouxeram mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais na ordem mundial que interferiram no pensamento geográfico sob diversos aspectos. Todas essas mudanças trouxeram discussões geográficas ligadas a assunto de degradação da natureza interferindo no equilíbrio ambiental do planeta, desigualdade e injustiças causadas pelo modo de produção capitalista, questões culturais e demográficas mundiais que foram afetadas pela internacionalização da economia. Neste sentido propõe-se os seguintes objetivos:

Analisar e interpretar o espaço geográfico, partindo da compreensão de que o espaço é entendido como produto das múltiplas relações reais e complexas.

- Compreender as contradições presentes no espaço, ou seja, perceber além da paisagem visível.
- Formar um aluno questionador, dando-lhe não uma explicação pronta do mundo, mas elementos para o próprio questionamento das várias explicações.
- Estudar o espaço geográfico, verificando a ação humana sobre a natureza e suas transformações e conseqüências.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Conforme as diretrizes curriculares, os conteúdos estruturantes no ensino de Geografia são:

Dimensão Econômica da Produção do/no espaço

- Setores de economia;

- Sistema de circulação de mercadorias, pessoas e capitais;
- Sistema de produção industrial
- Agroindústria;
- Globalização;
- Acordos e blocos econômicos.

Geopolítica

- Blocos econômicos;
- Formação dos Estados Nacionais;
- Globalização;
- Recursos energéticos;
- Guerra Fria;
- Conflitos Mundiais;
- Políticas Ambientais;
- Órgãos internacionais;
- Neoliberalismo;
- Meio Ambiente e desenvolvimento;
- Estado, Nação e Território;
- Movimentos Sociais;
- Terrorismo e Narcotráfico.

Dimensão Sócio-ambiental

- Eras geológicas;
- Movimentos da Terra no Universo
- Rochas e Minerais
- Classificação, fenômenos atmosféricos e mudanças climáticas;
- Rios e bacias hidrográficas;
- Sistemas de energia;
- Chuva Ácida, buraco na camada de ozônio, aquecimento global.

Dinâmica Cultural Demográfica

- Êxodo rural;

- Urbanização e favelização;
- Tipos de migrações e imigrações;
- Estrutura etária;
- Formações e conflitos étnico-religioso e raciais;
- Consumo e consumismo;
- Meios de comunicação;
- Identidade nacional e processo de globalização.

METODOLOGIA

Os conteúdos devem ser trabalhados nas suas inter-relações, rompendo com a compartimentalização e com a linearidade do conhecimento geográfico, criando assim situações de aprendizagem.

Para que os objetivos sejam atingidos várias metodologias são sugeridas:

- Criar situações de debates sobre assuntos de jornais revista e dos outros meios de comunicação;
- Possibilitar aos alunos refletirem sobre seus valores históricos culturais e suas práticas cotidianas e relacionar com as problemáticas históricas e geográficas inerentes ao seu grupo de estudo;
- Questionamentos que despertem no aluno o senso crítico;
- Utilização de recursos como vídeos, jornais, revistas, mapas, músicas, atividades de construção de maquetes, gráficos, tabelas, confecção de mapas, formas teatrais.

AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem. Para isso faz-se necessário a utilização de instrumentos diferenciados. Cabe ao professor analisar e qualificar os resultados para que a partir dos mesmos o educando possa refletir e opinar sobre os saberes construídos e os conhecimentos organizados para que o educador possa rever sua prática

pedagógica. A avaliação deve contemplar situações formais e informais utilizando diversas linguagens, contínua e permanente.

Algumas formas de avaliação constituem-se em:

- Leitura e interpretação de textos;
- Avaliação escrita individual ou em duplas;
- Produção de textos;
- Leitura e interpretação de imagens, gráficos, tabelas, mapas;
- Pesquisas bibliográficas;
- Relatórios de aula de campo;
- Apresentação de trabalhos em seminários;
- Participação dos alunos.

REFERÊNCIAS

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: estado nacional e espaço mundial**. São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**, 4 ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VICENTINO, Cláudio; SCALZARETTO, Reinaldo. **O Mundo Atual: da guerra fria à nova ordem internacional**. São Paulo: Scipione, 1992.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO

Considerando a necessidade de repensar a autonomia da escola no sentido da construção do Projeto Político Pedagógico do Ensino Fundamental, se reconheça e se valorize o espaço de autonomia do professor como um dado gerador de qualidade em qualquer condição, caso contrário, perder-se-ia o sentido de elaborar coletivamente as reformas educacionais deste Estabelecimento de Ensino que, trouxeram novas possibilidades de compreensão teórica e metodológica de História, bem como demarcaram possibilidades distintas de organização de Conteúdos, Metodologia e Avaliação necessárias ao sistema escolar.

Sendo a História é um conhecimento construído e em constante construção. Isso significa que a produção da História não resulta do desenvolvimento de um método que esgote o que há para saber sobre os objetos no passado, mas sim de sucessivas perguntas que as diferentes gerações fazem ao mesmo, com novos métodos de pesquisa e novas concepções teóricas, tornando o saber passível de novas interpretações. Assim, a História também tem uma história. A exposição dessa lógica é fundamental para o aluno compreender esse princípio e perceber que o conhecimento está em constante construção. Logo, pode ser objeto de questionamentos, dúvidas, contestações e reconstruções.

A partir desse princípio, cabe ao professor mediar atividades que favoreçam ao aluno ser sujeito desse processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, o conhecimento histórico presente nos livros e na fala do professor deixa de ter uma aura de autoridade quase que sagrada. Evidencia-se, assim, uma postura docente em que o aluno e o professor concomitantemente (re)significam, (re)elaboram e (re)constróem os saberes. Sendo assim propõe-se o desenvolvimento dos seguintes objetivos:

Compreender as determinações e possibilidades que incidem sobre sua ação na história, de modo a ser capaz de interferir nelas.

Privilegiar a capacidade pessoal e intransferível do aluno de assumir-se como sujeito histórico, distanciando-se, portanto, das perspectivas que atribuem apenas a algumas pessoas e a determinados momentos a condição de “históricos”.

Participar da demanda e envolver – se em decisões voltadas para o atendimento dos interesses/necessidades do coletivo.

Formar o educando para a vida cidadã, visando o respeito à diversidade, o espírito de justiça, a criticidade, a solidariedade e a construção da identidade nacional.

Construção teórica, técnica e humana para assumir a condição de representante e de governante que contribui também para uma condição consciente e atuante de representado e governado.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

A partir da definição de pontos significativos a serem observados pelos professores no ensino de História, apresentamos os princípios que nortearam a elaboração deste documento. Estes princípios têm o objetivo de explicitar a concepção de História da qual irá partir a seleção dos conteúdos, os quais precisam ser observados pelos professores no processo de implementação deste Projeto Político Pedagógico no ensino de História.

Tema Geral: Das origens do Homem ao século XV – diferentes trajetórias, diferentes culturas. Privilegia-se uma abordagem não detalhista ou enciclopédica, mas pautada na compreensão da construção de uma “ grande linha do tempo”.

Essa abordagem deve proporcionar bases para o estudo histórico da dinâmica que envolve as diversas sociedades humanas, compondo grandes sínteses narrativas no tempo e no espaço. Esse recorte temporal vem ao encontro dos anseios demonstrados no decorrer do processo de construção das Diretrizes pelos professores, no sentido de superar um ensino de História

essencialmente eurocêntrico, ampliando, portanto, o espaço destinado ao estudo do Brasil, da América, da África e da Ásia.

Deve-se retomar os temas e os conceitos já trabalhados pelos professores nos anos iniciais, estando atentos para acrescentar novos conceitos como: anacrônico, diacrônico e sincrônico, Estado, poder, trabalho, escravização, cidadania, entre outros.

Ementa dos conteúdos a serem trabalhados:

I O Estudo da História:- O que estuda a História?- Quanto tempo o tempo tem?

II Nossa Origem:- Qual a origem do homem e da mulher?

- Como viviam os primeiros homens e mulheres.

-Como aprendemos a plantar e a criar animais?

I Pré História:- O que sabemos sobre a pré – história da América?

II -Antigüidade Oriental:- Como as comunidade agrícolas se formaram cidades?

- Quem era o rei? Porque o povo obedecia suas ordens?

- Por que e para quem foram erguidas as pirâmides?- O que faz um povo se sentir unido?

- Demonstrar que as sociedades as sociedades no espaço e no tempo.

I Os Fenícios:- Como era feito o comércio- Como se forma e se mantém um império?

II O Mundo Grego:- Como a História da Europa começou- Quem é cidadão em Atenas?- As cidades gregas eram iguais?

I Povos gregos:- Como os povos gregos se relacionavam?

II O Mundo Romano:- Como se organizou a República Romana?- Como Roma chegou ao apogeu?- Como foi o fim do Império Romano?- o que herdamos do mundo romano?

Estudo de caso: Educação do Campo

Tema Geral: (Des)Encontros entre culturas: século XV ao XIX, sugere-se estudar o processo de colonização e criação do Brasil e da América, numa abordagem não-nacional e, portanto, não anacrônica da América, num constante exercício de relação simultânea, envolvendo a África, a Ásia e a

Europa. Tal estudo possibilitará entre outros, a inserção de conceitos como etnocentrismo, patriarcalismo e liberalismo.

Ementa dos conteúdos a serem trabalhados:

- A Europa Medieval e o Oriente.
- Expansão Marítima e Comercial.
- A Europa Moderna.
- A Colonização do Brasil.

Estudo de caso: Cultura Indígena

Processo de constituição do ideário de nação no Brasil e na América (assim como a construção dos regionalismos, em especial o paranaense) num constante exercício de relação simultânea, envolvendo a África, a Ásia e a Europa, partindo do tema geral: A constituição da Nação no Brasil e na América e as novas relações de dominação colonial entre América, África, Ásia e Europa nos séculos XIX e início do XX. Nesse momento, somando - se aos conceitos trabalhados anteriormente, pode-se incluir o de nação, nacionalismo, imperialismo, ideologia, darwinismo social, racismo, feminismo, regionalismo, coronelismo, paranismo, capitalismo, anarquismo, socialismo, comunismo, entre outros.

Ementa dos conteúdos a serem trabalhados:

- A Queda do Antigo Regime.
- Reflexão do Iluminismo e do Liberalismo.
- Sob o Domínio da Burguesia.
- A Expansão Imperialista.

Estudo de Caso: História do Paraná

Articula-se a partir do tema: Do início do século XX ao século XXI: elementos constitutivos da contemporaneidade, cuja importância do estudo pode ser expressa nas palavras de Hobsbawm (2002):

Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis – como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas

pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós.

Nessa última série do Ensino Fundamental, pretende-se historicizar conceitos como totalitarismo, anti-semitismo, fundamentalismo, xenofobia, globalização, multiculturalismo, mundialização, neoliberalismo, ambientalismo entre outros, além de aprofundar questões do contexto mundial, relacionando-as com a realidade local do aluno, dando continuidade ao estudo da História do Paraná, assim como aos conceitos anteriormente trabalhados

Ementa dos conteúdos a serem trabalhados:

- A eclosão dos movimentos sociais (1900- 1920).
- O poder do estado (1920- 1945).
- O mundo bipolarizado (1945- 1989).
- O mundo globalizado (1990- 2005)

Estudo de Caso ; Cultura Afro – Brasileira

METODOLOGIA

Os princípios aqui apontados são entendidos como orientadores, ou seja, elementos que sustentam a metodologia da disciplina de História que se pretende para o Ensino Fundamental na rede pública estadual. Sendo assim, podemos indagar: Várias são as possibilidades, dentre as quais destacam-se:

A História é expressão de um conhecimento vital, cotidiano e inerente a todos,

pelo qual as pessoas se orientam no tempo, desde a mais simples das atitudes às

mais complexas, pautando-se por uma reflexão sobre si mesmas, seus grupos e outras sociedades. A História como ciência é uma das formas de expressão dessa atividade, com métodos, fontes e finalidades próprias, mas não é a única. Outras instâncias sociais também produzem conhecimento histórico, mas ambos não se confundem. O conhecimento histórico escolar é feito da síntese dos saberes científicos com os saberes cotidianos, oriundos da

experiência pessoal, familiar, religiosa, da participação em entidades da sociedade civil, entre outros.

Sua função não é simplificar o conhecimento histórico científico, mas subsidiar com seus saberes a elaboração de conhecimentos com finalidades educativas e fontes diversas, que necessariamente dialogam com outros conhecimentos sobre a História, resultando num saber distinto do saber científico. Na perspectiva desse princípio, o ensino de História não se restringe às grandes análises gerais, mas necessita efetivamente construir, como conteúdo, o conjunto de elementos históricos que interferem na vida cotidiana do indivíduo e de sua comunidade, de modo a possibilitar condições para que o aluno domine conceitos fundamentais para a análise da realidade social, tanto na perspectiva geral quanto na particular.

A proposta de estruturação apresentada neste documento, em grande parte, já é objeto de estudo da disciplina de História, acrescido de temáticas contemporâneas. Nesse sentido, cumpre destacar que a concepção de História, o valor educativo atribuído à disciplina e o conjunto de princípios precisam ser observados pelo professor no tratamento dos conteúdos. Esse conjunto de elementos é essencial para que essa nova abordagem represente a melhoria qualitativa no ensino e na aprendizagem em História tão almejada pelos professores.

É necessário, ainda, enfatizar algumas premissas que pautaram a seleção e organização dos temas gerais ou unidades temáticas aqui propostas, dentre os quais destaca-se a:

- discussão da historicidade dos conteúdos, do contexto da sua criação, fontes e métodos utilizados;
- relatividade cultural e respeito a ela, o que se diferencia do relativismo, para o qual não existe consenso possível sobre o conhecimento e a ética;
- postura investigativa do professor e do aluno, preferindo a busca de informações, discussão e sínteses a simples exposição dos conteúdos;
- explicação simples (mas não simplista) dos conceitos fundamentais, que devem explicar o objeto sem pretensão de esgotar toda a discussão teórica sobre o conceito, de modo que esses possam ser complementados nos ciclos e/ou séries e estudos subseqüentes;

□ explicação do passado em função dos problemas postos pelo presente.

Partindo dessas premissas, para os anos iniciais do Ensino Fundamental privilegiou-se a realidade próxima dos educandos, ampliando gradativamente os contextos históricos a serem abordados, inserindo novos tempos e espaços àqueles já conhecidos. Essa disposição curricular para os anos iniciais tem por objetivo construir o instrumental necessário para o conhecimento da História, possibilitando a apropriação de conceitos básicos pelos alunos, tendo em vista também a continuidade dos temas propostos nos anos finais do Ensino Fundamental.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o educando terá suas primeiras experiências com a História sistematizada enquanto conhecimento escolar, a partir do tema: Identidade e tempo: eu/outro e a sociedade. Nesse sentido, é importante que ele entre em contato com elementos que o auxiliem a compreender o processo histórico, tendo como base sua história familiar, escolar e comunitária. Para tal objetivo, o entendimento da humanidade como produtora de cultura é essencial no aprendizado em História.

A compreensão de que os agrupamentos humanos deixam vestígios das mais diferentes naturezas, que podem ser estudados por pessoas de outras épocas, assim como contam e registram a sua História de diversas formas poderá fornecer ao aluno subsídios para iniciar a percepção da produção humana no tempo e no espaço.

Assim sendo, a partir da memória individual do educando, que é socialmente construída, o professor trabalhará conceitos tais como: seqüência, ordenação temporal, tempo cíclico e tempo mecânico, simultaneidade, duração, ruptura, permanência, transformação, patrimônio pessoal, familiar e cultural, documento, memória, narrativa histórica, identidade e coletividade, entre outros, numa constante articulação com as experiências coletivas.

Registros escritos, fontes orais, vestígios materiais entre outras formas de manifestações culturais.

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo da vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através das gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se, a memória de um tempo que

antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Trabalhar com a narrativa e a oralidade é uma estratégia para o professor das séries iniciais familiarizar seus alunos com os conceitos históricos, buscando na experiência familiar o ponto de partida para a compreensão do tempo e da memória.

Nesse sentido, é interessante pensar trabalhos que aliem atividades lúdicas com pesquisas de campo. Tal procedimento metodológico não tem como propósito

formar pequenos historiadores e sim familiarizar o aluno com métodos de pesquisa, bem como, demonstrar que o conhecimento histórico é construído por todos os sujeitos, constante e simultaneamente. As questões a serem trabalhadas devem contribuir para que o aluno perceba as diferenças, semelhanças, simultaneidades, rupturas e transformações nas gerações, a formação das identidades e dos grupos sociais, inserindo assim, no seu cotidiano, elementos que o ajudem a compreender a realidade como resultado do processo histórico.

Portanto, ao aluno nos anos iniciais do Ensino Fundamental o professor deve propiciar atividades que lhe permitam utilizar conceitos para pensar historicamente.

Pensar historicamente é a condição para a autonomia; é condição para o engajamento social e político dos sujeitos, é condição necessária para a abertura ao outro, ao diferente de nós, em diferentes tempos e espaços históricos.”

O ser humano e a produção de cultura traz para o professor o desafio de construir com o aluno os conhecimentos sobre o surgimento da Humanidade, desde a origem africana do homem, a criação e o desenvolvimento de tecnologias, os seus processos migratórios até a ocupação dos continentes e a formação de comunidades/sociedades diversificadas.

Formaram a sociedade brasileira (indígenas, europeus, africanos e asiáticos), bem como a importância dos fósseis e sítios arqueológicos na

reconstrução da visão de mundo e do modo de vida dos antepassados, ressignificando assim os conceitos de civilização e evolução.

A partir do estudo dos ancestrais, pode-se acrescentar aos conceitos já trabalhados, os de historicidade, cultura material e imaterial, subjetividade, entre outros, mostrando como o homem interfere na natureza deixando seus vestígios.

Cabe salientar que “o estudo da História das populações indígenas deve partir dos grupos existentes no presente, ou que já viveram na região, para conhecer as singularidades históricas de cada grupo nativo e evitar a generalização passou a fazer parte da lista do Patrimônio Imaterial da Humanidade.

Qualquer produção humana pode ser considerada fonte para o estudo da História como por exemplo, utensílios, ferramentas de trabalho, edificações, textos literários, obras de arte, fotografias, diários, relatos de viagem, depoimentos e lembranças, leis, textos de jornais, programas de televisão, vestimentas, mapas, etc.

A História toma sentido, tanto para o aluno quanto para o professor, que se tornam sujeitos epistêmicos, na medida em que problematizam o presente com diferentes olhares sobre o passado.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem está associada ao Projeto Político Pedagógico de cada escola. No entanto, entende-se como coerente, dentro desta concepção do Projeto político pedagógico , que a avaliação seja colocada a serviço da aprendizagem, isto é, que venha a subsidiá-la e não constituí-la como um elemento externo.

Em outras palavras, refuta-se aqui avaliações de caráter classificatório, autoritário e desvinculadas dos conteúdos e concepções pedagógicas, em que a mesma venha retratar e consolidar um modelo excludente de escola e de sociedade, que se quer superar.

Para que a avaliação sirva à democratização do ensino, é preciso modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, a avaliação

deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias

para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Entende-se também a importância da mesma ser dialógica, ou seja, realizada a partir do diálogo entre estudantes e professores sobre os critérios, função e consequências do sistema de avaliação. O uso do termo é de fato uma extensão da ênfase de Freire no papel do diálogo, no esclarecimento e democratização das relações sociais.

É importante lembrar que o aprendizado e a avaliação são entendidos aqui como um fenômeno compartilhado entre professores e alunos, de modo contínuo, processual e diversificado, em que o trabalho de ambos (professor e aluno) possam ser constantemente ressignificados.

Tal forma de avaliar permite o trabalho em grupo, enfatiza a responsabilidade social e a solidariedade, a experiência de aprendizado entre os educandos e a dinâmica da democracia participativa.

Através do diálogo em grupo, as normas de cooperação e sociabilidade compensam a ênfase do currículo oculto tradicional na competição e individualismo excessivos.

Além disso, o processo de instrução em grupo oferece aos estudantes a oportunidade de experimentarem a dinâmica da democracia participativa, em vez de simplesmente ouvir falar da mesma.

A partir dessas considerações, propomos que, para a avaliação em História, o professor utilize este Projeto e dê vida ao valor educativo da disciplina, (re)signifique e encurte o espaço entre a teoria e a prática, qualificando-as a partir de seu fazer pedagógico. Avalie como os princípios elencados neste documento e os conceitos pertinentes à área foram trabalhados e elaborados pelos alunos, considerando a aquisição de conhecimento de cada um dos envolvidos no processo sabedores que todos são capazes de aprender, em tempos e de modos diferenciados.

Não se trata de trabalhar os princípios ou os conceitos por si só, mas como elementos referenciais para o professor auto-avaliar o tratamento que está dedicando aos conteúdos. Assim, caberá a ele proceder reflexões contínuas de sua prática, ou seja, avaliar até que ponto os princípios (História – conhecimento construído, História e cotidiano, História e saberes escolares, História e identidades, concepção de sujeito histórico, História e politização do sujeito, História e seus recortes, História e legitimação e História e totalidade) para o ensino de História têm norteado a sua prática.

Nesse sentido, por meio do processo avaliativo, o professor poderá diagnosticar e planejar as intervenções quanto ao ensino e à aprendizagem no que se refere:

- a História como prática social, na qual o educando participa como sujeito histórico de seu tempo;
- às práticas sociais enquanto ações, a partir das quais a História é entendida como uma luta constante entre diferentes poderes que tentam impor o seu próprio desejo de verdade;
- à ação dos seres humanos expressas em diferentes relações sociais e temporalidades, através de suas manifestações culturais, econômicas, políticas.
- à existência das singularidades, das diferenças e semelhanças, do outro e de si mesmo;
- as relações entre a história local e a global, identificando as práticas e representações do espaço vivido e percebido;
- a noção de que a História ensinada na escola é um recorte dos infinitos acontecimentos e que sua seleção não é neutra;
- ao ensino da História escolar como um dos processos de legitimação de determinados interesses, produto de complexas relações de poder, passível de discussão e mudança;
- ao uso individual e coletivo dos espaços de interlocução com o Estado e a sociedade civil organizada, superando uma postura passiva diante das problemáticas do seu tempo;
- ao uso dos conceitos históricos para analisar diferentes contextos/acontecimentos;

□ à leitura de diferentes fontes documentais para a construção do saber histórico;

□ à não-vinculação do sujeito a uma única pertença, mas articulada a diversas identidades;

□ a posicionamentos que explicitam respeito à diversidade étnico-racial, religiosa,

social e econômica, a partir do conhecimento dos processos históricos que os constituíram.

Estes e outros apontamentos poderão ser utilizados pelo professor como indicativos para a continuidade do seu trabalho, na elaboração dos instrumentos avaliativos, orientando a busca de subsídios teóricos e de procedimentos metodológicos diversificados, que visem, ao longo do Ensino Fundamental, criar situações de aprendizagem que contemplem todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n.º 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais

de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa

nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. Parecer n.º 04/98, de 29 de janeiro de 1998.

Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Relatora Conselheira:

Regina Alcântara de Assis. Diário Oficial da União, 15 de abril de 1998. Sec.1, p. 31.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: MEC/Secretaria de Inclusão Educacional. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução n.º 003, de 10 de novembro de 1999. Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 de dezembro de 1999. Sec. 1, p. 58.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: história.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia.** Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais.** Lisboa: Presença, 1986.

CERRI, Luis Fernando. **A história e a elaboração de diretrizes curriculares para o ensino fundamental no Paraná – reflexões iniciais.** Palestra proferida no I Seminário para o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares de História.

Faxinal do Céu - PR, 11 de maio de 2004.

COUTINHO, José Maria. Por uma educação multicultural: uma alternativa de cidadania para o século XXI. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em**

Educação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 381-392, out./dez. 1996.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994.

LIMA, Idelsuite de Souza. **A abordagem do ensino de história local nos livros**

didáticos das séries iniciais. Disponível em

<<http://www.ufop.br/ichs/perspectivas/anais/GT0102.htm>> Acesso em 19/09/04.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14.ed. São Paulo:

Cortez, 2002.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a

ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira**

em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **O processo de implantação do PCN no**

ensino de história: uma leitura das continuidades e rupturas. Palestra proferida no I

Seminário para o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares de História.

Faxinal do Céu - PR, 12 de maio de 2004.

PARANÁ. Lei n.º 13.381, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no ensino

fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina

História do Paraná. Diário Oficial do Paraná. n.º 6134 de 18/12/2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação.

Departamento de Ensino de 1º Grau. **Currículo básico para a escola pública do**

estado do Paraná. Curitiba: 1990.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. O currículo básico e o perfil do professor.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanzi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.

PRATS, Joaquim; SANTACANA, Joan. Principios para la enseñanza de la historia. In: PRATS, Joaquim, **Enseñar historia: notas para uma didáctica renovadora.** Mérida: Junta de Extremadura, 2001, p. 13-16.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Fernand Braudel e as ciências humanas.** Londrina: Eduel, 2004.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

O ensino Fundamental, juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, compõe de acordo com a LDB nº 9.394/96 – a Educação Básica, que tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A lei destaca também o papel importante que a escola desempenha no processo educacional e lhe confere autonomia de organização.

Assim sendo, o trabalho pedagógico desenvolvido no Ensino Fundamental do Colégio Estadual de PBCO, apresenta-se organizado em séries anuais, seguindo a matriz curricular estabelecida para cada uma delas.

APRESENTAÇÃO

O trabalho com a Língua Portuguesa no Ensino Fundamental focaliza a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania.

Considerando que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente.

A prática reflexiva constante a partir de leituras variadas, associada a atividades que permitam a compreensão e utilização de recursos da oralidade e da argumentação, ajudarão a desenvolver nos alunos a capacidade de operar sobre o conteúdo dos textos, identificando aspectos relevantes e analisando-os criticamente.

O ensino da Língua Portuguesa, numa visão contemporânea, precisa estar comprometido, tanto na oralidade/Libras quanto na escrita, com o processo da enunciação e do discurso, e sua prática deve estar relacionada a situações reais de comunicação.

A sala de aula deve ser lugar de interação, de encontro entre sujeitos; as atividades de leitura e produção devem ser significativas, respondendo às questões: por quê? Para quê? Importa ensinar o aluno a usar a língua e não a gramática.

Para tanto devemos formar um alguém que compreenda o que lê; identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre textos que lê e outros já lidos. Formando alunos – escritores capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes. Que empregue a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as intenções que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante dos mesmos.

Utilizar as várias formas de representação da comunicação criadas pelo homem, bem como seus objetivos de interação verbal, isto é, entre os sujeitos que interagem

Proporcionar situações de contato de leitura de mundo, para que o aluno desenvolva cada vez melhor um controle sobre as situações que se apresentam.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos, atualizando o gênero e tipo de texto, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Utilizar a linguagem oral e escrita/Braile de modo a atender a demanda social, respondendo a diferentes propósitos comunicativos e expressivos.

Usar conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica.

Aprimorar, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética dos alunos, propiciando através da Literatura, a constituição de um espaço dialógico a expansão lúdica do trabalho com as práticas da oralidade, da leitura e da escrita.

CONTEÚDO ESTRUTURANTES

- Prática da leitura,
- Prática da oralidade
- Prática da produção
- Prática de reflexão ou análise linguística.

O conteúdo estruturante no ensino de Língua Portuguesa é constituído dentro da mobilidade histórica. Essa característica contextual garante a sua não fixidez, inviabilizando a arbitrariedade de seus recortes. Possibilita também o diálogo com conceitos diversos que, somados, conseguem abranger toda a complexidade que envolve o processo de uso da língua, não contemplada dentro de uma perspectiva exclusivamente gramatical.

Práticas Discursivas

No processo de ensino e aprendizagem da língua, assume-se o texto verbal – oral ou escrito – e também as outras linguagens, tendo em vista o multiletramento, como unidade básica, como prática discursiva que se manifesta em enunciações, cujas formas são estabelecidas na dinamicidade que caracteriza o trabalho com experiências reais de uso língua.

É importante ter claro que quanto maior o contato com a linguagem, na diversidade textual, mais possibilidades se tem de entender o texto como material verbal carregado de intenções e de visões de mundo.

A ação pedagógica referente à língua, portanto, precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno não só a leitura e a expressão oral ou escrita, mas também refletir sobre o uso que faz da linguagem nos diferentes contextos e situações.

As práticas discursivas subdividem-se em:

Prática da oralidade

Considerando-se a língua em sua perspectiva histórica e social, esse trabalho precisa pautar-se em situações reais de uso de fala, valorizando-se a produção de discursos nos quais o aluno realmente se constitua como sujeito do processo interativo.

Compete à escola, no processo de ensino e aprendizagem da língua, tomar como ponto de partida os conhecimentos lingüísticos dos alunos, promovendo situações que os incentivem a falar, ainda que do “seu jeito”, ou seja, fazendo uso da variedade de linguagem que eles empregam suas interações familiares, no cotidiano.

Prática da leitura

A leitura como um processo de produção de sentido que se dá a partir de interações sociais ou relações dialógicas que acontecem entre texto e o leitor com a intersecção dos textos midiáticos com os literários, por meio das transposições que a linguagem cinematográfica, por exemplo, exige, podem constituir bons motivos para aprimorar a reflexão e fazer proliferar o pensamento.

O professor pode planejar uma ação pedagógica que permita ao aluno não só a leitura de textos para os quais já tenha construído uma competência, como também a leitura de textos mais difíceis, que impliquem o desenvolvimento de novas estratégias com a devida mediação do professor.

Prática da escrita

Em relação à escrita, ressalta-se que as condições em que a produção acontece (quem escreve, o que, para quem, para que, por que, quando, onde e como se escreve) é que determinam o texto. Cada gênero textual tem suas peculiaridades: a composição, a estrutura e o estilo do texto variam conforme se produza uma história, um poema, um bilhete, uma receita, um texto de opinião, ou outro tipo de texto.

O envolvimento do aluno e do professor com a escrita é um processo que acontece em vários momentos: o da motivação para a produção do texto; o da reflexão, reestruturação e reescrita do texto, que acaba se constituindo, também, em um produtivo momento de reflexão.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – 5ª SÉRIE

Conceituando código, linguagem;

Explorar a variação, adequação linguística;

Introdução à morfologia;

Utilização de tipologia textual (cartão postal, carta, convite, cartum, conto, história em quadrinho, relatos);

Argumentar fatos contextualizados de forma consciente, crítica e coerente;

Exploração de vocabulário;

Reestruturação textual;

Desenvolver a habilidade de escrever, entender e apreciar textos variados e filmes;

Reconhecer e utilizar adequadamente acentuação gráfica, pontuação e ortografia;

Identificar nos textos elementos de coesão e coerência, percebendo o seu valor , fazendo uso adequado nas diferentes situações de produção.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – 6ª SÉRIE

- Continuação da morfologia
- Introdução à sintaxe;
- Texto de opinião (argumentação);
- Argumentar fatos contextualizados de forma consciente, crítica e coerente;
- Reestruturação textual;
- Desenvolver a habilidade de escrever, entender e apreciar textos variados e filmes;
- Reconhecer e utilizar adequadamente acentuação gráfica, pontuação e ortografia;
- Identificar nos textos elementos de coesão e coerência, percebendo o seu valor;
- Fazendo o uso adequado nas diferentes situações de produção

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – 7ª SÉRIE

- Explorar a variação e adequação linguística

- Estudo da morfologia
- Utilização de tipologia textual, cartão postal, carta, convite, cartum, conto, história em quadrinhos, relatos, textos informativos
- Argumentar fatos contextualizados de forma consciente, crítica e coerente;
- Exploração de vocabulário
- Desenvolver a habilidade de escrever, entender e apreciar textos variados e filmes;
- Reconhecer e utilizar adequadamente acentuação gráfica, pontuação e ortografia;
- Identificar nos textos elementos de coesão e coerência, percebendo o seu valor e fazendo o uso adequado nas diferentes situações de produção
- Diferenciar a linguagem usadas nos textos argumentativos, de opinião, informativos, narrativos e dissertativos
- Estudo da sintaxe nos diversos de textos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – 8ª SÉRIE

Explorar a variação e adequação lingüística

Estudo da morfologia

Utilização de tipologia textual, cartão postal, carta, convite, cartum, conto, história em quadrinhos, relatos, textos informativos

Argumentar fatos contextualizados de forma consciente, crítica e coerente;

Exploração de vocabulário

Desenvolver a habilidade de escrever, entender e apreciar textos variados e filmes;

Reconhecer e utilizar adequadamente acentuação gráfica, pontuação e ortografia;

Identificar nos textos elementos de coesão e coerência, percebendo o seu valor e fazendo o uso adequado nas diferentes situações de produção

Diferenciar a linguagem usadas nos textos argumentativos, de opinião, informativos, narrativos e dissertativos

Estudo da sintaxe nos diversos de textos

Introdução à estilística, versificação, métrica, rima, ritmo, etc

Trabalhar continuidade de contextualização textual

METODOLOGIA

Consideramos que todas as atividades desenvolvidas em sala de aula são resultados de uma forma opção metodológica que deverá estar articulada, no caso da língua portuguesa a uma determinada visão que temos sobre linguagem.

Numa perspectiva de linguagem enquanto representação das formas de comunicação criadas pelo homem, a metodologia deverá ter como objeto de preocupação a intenção verbal, isto é, a ação entre sujeitos situados que, via linguagem se aproveitam e transmitem um tipo de experiência historicamente acumulado.

Nesse sentido o cerne do ensino será privilegiar a participação, a pesquisa, e o interesse e a dialogia, buscando sempre superar a aquisição mecânica do conhecimento. Portanto, não pode se perder de vista a possibilidade de produção de textos, cuja circulação extrapole a sala de aula, bem como o acesso a diversos tipos apresentados sob diferentes linguagens, colocando-as em confronto e discutindo o próprio conteúdo nelas. Proporcionando assim, oportunidade para o desenvolvimento da autonomia. É preciso oportunizar espaços onde se exalte a riqueza da fala, leitura e escrita para influir, informar, obter conhecimentos linguísticos e emitir opiniões próprias.

Um dos problemas mais discutidos pelos estudiosos da língua é o tratamento dado à linguagem na escola. Nós a procuramos em todos os lugares, tentando entendê-la e torná-la acessível ao aluno. Esquecemo-nos, todavia, de que ele já a usa em todos os momentos e que justamente na escola, lugar em que o aluno vem para compreendê-la, estuda-a como se fosse algo exterior a ele, algo dissociável ao homem, como se a língua não estivesse em todos os momentos sendo recriada por meio das interações entre os falantes.

Com relação a leitura, muitos professores já a trabalham de forma significativa, oferecendo aos alunos o contato com uma gama variada de textos. A dúvida reside na questão de como trabalhar esses textos – conforme se pode constatar nas “falas” a seguir, entre outras – pois sabem que o texto não pode ser apenas pretexto para outras atividades, mas um local de identificação de vozes que revelam concepções e ideologias.

Com relação à produção textual, a situação é ainda mais preocupante. Segundo os professores, há várias problemáticas com relação a essa atividade:

a produção é feita para o professor atribuir nota, não tem um fim social.

O aluno tem pouca oportunidade de reflexão e escolha.

No texto produzido pelo aluno destacam-se os erros e desconsideram-se os acertos.

A produção é realizada apenas em cumprimento do programa.

Por meio da leitura desses fragmentos dos tantos discursos que refletem a experiência escolar com relação ao trabalho com a gramática, temos uma denúncia alerta. Denúncia pela prática de um ensino que privilegia o aprendizado do sistema abstrato de normas gramaticais, desconsiderando o falante e o seu conhecimento da língua materna. O tratamento dado a ela e ao aluno é objeto estático, como se a língua não evoluísse e o aluno não fosse um ser falante.

AVALIAÇÃO

A partir do momento em que consideramos a linguagem enquanto construção e produto de interação é preciso, também, avançarmos na avaliação. Ela deverá acompanhar o processo de ensino aprendizagem superando as formas autoritárias e arbitrárias no trabalho docente possibilitando assim, uma análise minuciosa da situação da aprendizagem de

modo que se obtenham informações tais que possibilitem uma tomada de decisão dos agentes envolvidos no processo.

A avaliação não poderá ser meramente classificatória mas sim possibilitar a construção da experiência da aprendizagem. Deverá ser cumulativa trabalhando-se com processo e produção, estratégia e resultado subsidiando a construção do conhecimento. Os instrumentos avaliatórios deverão ser diferenciados e elaborados de forma auxiliar nas decisões do processo ensino aprendizagem, construindo no aluno a capacidade de reflexão e autonomia de pensamento.

Os conteúdos que não foram dominados satisfatoriamente, deverão ser retomados pelo professor, utilizando-se de outras habilidades que possibilitem o pleno domínio destes. Deve o professor criar através das mais diversas metodologias possibilidades para que a competência proposta seja formada no educando, revendo o que se propõe sempre que necessário.

Assim considerada, a avaliação é realizada continuamente sem “hora marcada”, por meio de instrumentos variados, inclusive da observação de situações de ensino - aprendizagem. O professor registra os dados colhidos dessa forma, porém não em fichas ou livro - padrão: ele pode utilizar a forma que considerar melhor (em um caderno previamente organizado para isso, em um diário de campo, etc). Se o sistema de Avaliação da escola assim prever, ao final de um determinado período o professor faz “um balanço” da situação de cada aluno, analisando os registros feitos durante esse período. É a chamada avaliação cumulativa ou somativa, realizada com base em aprendizagens socialmente significativas.

Contudo, destacamos que a avaliação formativa está no centro do processo de ensino e aprendizagem, tendo uma função também informativa e corretiva: informa ao professor e aos alunos tanto os avanços obtidos como as possíveis dificuldades e objetivos não atingidos, dando a eles a chance de “corrigir” sua ação. Como afirma um grupo de professores, “ a avaliação deve ser um processo que aponte caminhos, valorizando os conhecimentos do aluno”.

Consideramos, por tudo isto, que a avaliação que pode dar conta de modificar práticas conservadoras de “medição”, de quantificação da

aprendizagem do aluno é a formativa, cujo objetivo não é classificar ou selecionar, mas favorecer a melhoria de algo: do projeto da escola, de uma estratégia de ensino, de uma atividade trabalhada, etc.

REFERÊNCIAS

- HTIN, Mikail. Marxismo e filosofia da linguagem. 6ª ed. Tradução de Michel e Yara Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1992
- DEMO, Pedro. Formação de formadores básicos. In: Em aberto, n. 54, 1002, p.26 – 33
- GARCIA, Regina L. No Cotidiano da escola: pistas para o novo. Caderno CEDES, Campinas V. 28, p. 49 – 52
- GERALDI, C; Fiorentine, D; Pereira, E. (Org). Cartografia do trabalho docente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000
- Klein, Ligia. Proposta político-pedagógica para o ensino fundamental: governo popular de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul: SED/Núcleo de Ensino Fundamental,2000
- KOCK, Ingedore. A coesão textual. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991
- KRAMER, Sônia. Por entre as pedras: arma e sonho na escola. 3ª ed. São Paulo: Ática,2000
- MURRIE, Zuleika. O ensino de português: do 1º grau à universidade. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, 3ª ed. Curitiba, PR: SEED, 1997
- PIVOVAR, Altair. Leitura e escrita: a captura de um objeto de ensino. (Dissertação de Mestrado). Curitiba, Pr: UFPR, 1999
- POSSENTI, Sírio. Por quê não ensinar gramática. 4ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999
- QUELUZ, A, Alonso, M. O trabalho docente: teoria & prática. São Paulo: Pioneira, 1999
- SAUL, Ana M. Formação permanente de educadores da cidade de São Paulo. In: Ande, n.19, 1993, p. 65 – 71

SUASSUNA, Livia. Ensino da língua portuguesa: uma abordagem pragmática.
Campinas, SP: Papirus, 1995.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO

O ensino da matemática tem como finalidade possibilitar aos estudantes diferentes formas de análise do mundo que o cerca, buscando-o a formular conjecturas para desenvolvimento de novas idéias, aliadas ao conhecimento tecnológico, por meio de discussões que o levem a uma visão crítica de sociedade.

Nesta prática reflexiva, a construção do conhecimento matemático se da na articulação de praticas de situações retiradas do cotidiano, visando o desenvolvimento progressivo das mesmas, levando-o a um contexto generalizado. Por isso, é de grande importância que se aproveite o potencial matemático dos alunos, conduzindo-os a elaboração de hipóteses, mesmo razoavelmente complexas, estabelecer relações entre as idéias espontaneamente surgidas nas discussões, com o saber da ciência matemática. O estabelecimento das relações é de fundamental importância para que o aluno compreenda a inter-relação entre a matemática, as demais áreas do conhecimento e as situações do dia-a-dia, buscando a formação integral do ser humano, isto é, do homem publico.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Numero, operações e álgebra;

Medidas;

Geometria;

Tratamento da informação.

Conteúdos

5ª série

- O sistema de numeração decimal;
- Ponto, Reta, Plano;
- Figuras geométricas planas e espaciais;
- Os números naturais;
- Operações dos números naturais;
- Expressões numéricas;
- Gráficos e Tabelas;
- Segmento de reta;
- Segmentos congruentes;
- Montando sólidos;
- Noções de divisibilidade e critérios de divisibilidade;
- Fatores ou divisores de um número natural;
- Os números primos e os números compostos;
- Decomposição de um número natural em fatores primos;
- Divisores comuns de dois ou mais números naturais;
- Múltiplos comuns de dois ou mais números;
- Região convexa;
- Ângulo – medindo um ângulo;
- Ângulo reto, agudo e ângulo obtuso;
- Os números racionais e sua forma fracionária.

6ª série.

Área de figuras geométricas planas

Volume dos sólidos

Tópicos de Geometria

Ângulos

Retas perpendiculares

Números inteiros

Operações com números inteiros

Números racionais relativos

Operações com números racionais

Ângulos consecutivos e adjacentes
Bissetriz de um ângulo
Equações
Raízes de uma equação
Equações de 1 grau
Resolvendo problema com auxílio de equações
Sistemas de equações do 1º grau
Ângulos complementares e suplementares
Ângulos opostos pelo vértice
Estudando as inequações
Resolvendo uma inequação do 1º grau com uma incógnita
Triângulos e quadriláteros
Razão e proporção
Circunferência e círculo
Regra de três simples e composta

7ª serie

Porcentagem e juros simples
Potências e raízes
 Propriedades da potência
 Expoente negativo
 Raíz quadrada
Números reais e suas operações
Expressões algébricas
Polinômios (monômios, produtos notáveis e fatoração)
Frações algébricas
Equação de 1º grau
 Equação com uma incógnita
 Equações fracionárias
 Equações literais
Sistemas de equações
 - Equações com duas incógnitas
 - Sistemas de equações

Geometria

Retas paralelas reversas e transversais

- Ângulos internos e externos
- Triângulos
- Quadriláteros
- Circunferências e círculos

8ª serie

- Potência e suas propriedades
- Radicais
- Noções de estatística
- Equação de 2º grau
- Razão e proporção
- Teorema de Tales
- Semelhança
- Teorema de Pitágoras
- Relações mútuas (triângulo retângulo)
- Relações trigonométricas
- Noções e funções
- Estudo das medidas
- Área das figuras planas
- Representação gráfica das funções

METODOLOGIA

A construção do conhecimento matemático perpassa pelo estabelecimento de um processo dialógico entre professor e aluno, ou seja, ocorre a troca de diferentes situações de aprendizagem, possibilitando o surgimento de debates e produções coletivas que estimulam a troca de idéias, o respeito pelos colegas contato com a pluralidade de soluções e opiniões estimulando o espírito de equipe.

Para isso, é necessário que se promova um ensino contextualizado para a formação dos conceitos levando o aluno a estabelecer relações entre os problemas do cotidiano matemático formal. Com isso, o aluno cada vez mais se sente capaz de fazer matemática, construir seu conhecimento, aumentando assim, a autoconfiança na busca de soluções.

O professor em sua prática buscara a interação e a valorização entre as diversas culturas (índios, afro-descendentes, europeus e asiáticos), buscando o trabalho coletivo para solucionar os problemas propostos, respeitando o modo de pensar de todos e aprendendo com eles.

AVALIAÇÃO

Tudo o que fazemos em nossa vida está em constante avaliação.

É feita de forma continuada e permanente com relevância crítica ao invés de mecanizada, para que contribua para o desenvolvimento integral do educando.

Assim é fundamental que os resultados expressos pelos instrumentos de avaliação forneçam ao professor informações sobre as competências de cada aluno em resolver problemas, utilizar a linguagem matemática adequadamente para comunicar suas idéias, em desenvolver raciocínio, análise e em integrar todos esses aspectos no seu conhecimento.

Deste modo, estes princípios de avaliação transfere o enfoque da nota para o aprendizado e do ensino para o ensinar o aluno a aprender, desenvolvendo suas habilidades na busca do conhecimento.

REFERÊNCIAS

DCE Diretrizes Curriculares da rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná

DANTE, L.R. Didática da resolução de problemas São Paulo Ática, 1989.

D'AMBRÓSIO, B. Como ensinar matemática hoje? Temas e debates, Rio Claro Ática 1998.

SAVIANI, D. Do censo comum a consciência filosófica. São Paulo, Cortes, 1991.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2000.

GIOVANNI & GIOVANNI JR. Matemática pensar e descobrir o mais novo. 1ª edição São Paulo FTD, 2002.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE L.E.M. – INGLÊS

APRESENTAÇÃO

Toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação, tem um processo evolutivo e dinâmico e, que se estabelece enquanto discurso na presença de pelo menos duas vozes, compreendendo a voz do *eu* e a do *outro*. O processo de interação do discurso se constrói em função do outro ou no auto-conhecimento do interlocutor consigo mesmo. O sentido da linguagem está no contexto de interação verbal e não no sistema lingüístico.

A língua se apresenta como espaço de construções discursivas de produção de sentido, ela sofre alterações no decorrer de uma temporalidade, sempre é oxigenado. É viva e o interlocutor faz interferências quando faz uso dela no seu cotidiano. Permeia suas mais íntimas intenções, vem carregada de significados e significantes por isso ela é heterogênea, ideológica e opaca, repleta de sentidos, conferidos por nossa cultura e sociedade. As condições de produção da língua desenvolve-se num contexto sócio-histórico-ideológico, pois a prática social é que mobiliza o discurso versus-interlocutor com os sujeitos históricos que irão fazer as múltiplas interpretações, visando sua interlocução com o mundo.

Através da língua estrangeira nosso educando pode construir a sua identidade, podendo oportunizar o desenvolvimento de uma consciência crítica que o auxiliará a construir a cidadania plena, contextualizando e favorecendo ligações entre a comunidade local e planetária.

Ensinar e aprender línguas, é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneira de construir sentidos, é formar subjetividade, é usar a língua em situações de comunicação oral e escrita, é estabelecer relação entre ações individuais e coletivas, é compreender que os significados são sociais e historicamente construídos e portanto possíveis de transformações na prática social.

Ensinar e aprender línguas, é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos, é formar subjetividades, independente do grau de proficiência atingido. Assim, ao final do ensino fundamental espera-se que o aluno:

- Seja capaz de usar a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivencie, na aula de língua estrangeira, formas de participação que lhe possibilite estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- Reconheça e compreenda a diversidade lingüística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país e relações planetárias.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Diferentes gêneros textuais considerando suas estruturas específicas, elementos verbais e não verbais de produção de sentidos (bilhetes, cartas, recados, cartões postais, folders, cartazes, outdoors, diagramas, histórias em quadrinho, poema, diário, música, jogos, receitas, textos em áudio).

Linguagem específica de comunicação em geral (mídia, teatro, fotografia, cinema, embalagens, propaganda).

Particularidades lingüísticas observadas nas práticas discursivas, realidade escrita e leitura (regionalismo, internet, gírias, etc...).

Análise da língua visando a construção lingüística nos seus aspectos fonéticos, morfológicas, e sintática (gramática).

METODOLOGIA

A partir de uma noção de texto num sentido amplo com o princípio gerador, as temáticas, criando as condições de práticas lingüísticas-discursivas. Aos alunos dar-se-ão a possibilidade de problematizar criativamente, partindo do trabalho com diferentes gêneros discursivos que contenham assuntos de relevância para o grupo envolvido no trabalho de sala de aula. Os conhecimentos lingüísticos mais pontuais, como os de gramática, devem ser valorizados e aprofundados, conforme necessidades próprias dos alunos, em uma etapa seguinte à da etapa de tomada de consciência em relação ao texto, seja essa escrita, filmado ou cantado, etc. As atividades coerentes com tal metodologia poderiam ser aquelas que partissem da pesquisa de técnicas de leitura apropriadas, debate da produção de materiais e de divulgação.

AVALIAÇÃO

A avaliação de aprendizagem da LEM está atrelada à concepção de língua e aos objetivos para o ensino de LEM defendidos na Diretriz, e ao processo de ensino e aprendizagem.

Assim o caráter sobrepõe-se ao caráter eventualmente punitivo e de controle; - constitui-se num instrumento facilitador na busca de orientações e intervenções pedagógicas; - supera a concepção de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos; - objetiva subsidiar discussões a cerca das dificuldade e avanços dos alunos sujeitos, a partir de suas produções – processual; - o envolvimento dos sujeitos alunos na construção dos significados nas práticas discursivas, como base de planejamento.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.